



Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral do Estado

X Concurso Público Procurador do Estado

Prova Objetiva
26 de novembro de 2006



CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO

PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

Senhor (a) Candidato (a)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO ENQUANTO AGUARDA O SINAL DO INÍCIO DA PROVA.

- Este CADERNO DE PROVA contém **37 páginas, numeradas de 01 a 37**, contendo 100 (cem) questões do tipo múltipla escolha referentes às disciplinas do conteúdo programático do concurso – Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Ambiental, Direito Administrativo, Legislação Institucional e Organizacional do Estado, Direito Civil e Comercial, Direito Tributário, Direito Processual Civil, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho – com cinco opções de resposta.
- CONSTATANDO qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, questões com cinco alternativas, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição. **NAO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES APOS O INÍCIO DA PROVA.**

PARA SUA SEGURANÇA

- Leia atentamente cada uma das questões e assinale no CARTÃO DE RESPOSTAS, com um "X", sem rasura, a alternativa que lhe parecer correta em decorrência da pergunta formulada. Ao fazê-lo, observe sempre a correspondência entre o número da questão e a alternativa escolhida. Não assinale o cartão antes de cuidadosa revisão.
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta para assinalar no cartão respostas.
- Será considerada errada a resposta não assinalada, marcada em mais de uma alternativa ou rasurada.
- Não coloque no CARTÃO DE RESPOSTAS qualquer sinal ou dado que possa identificá-lo, sob pena de anulação de sua prova.
- Preencha o seu nome, número de inscrição e assinale apenas a parte destacável do CARTÃO DE RESPOSTAS, que deverá ser entregue ao fiscal de sala no término da prova.

LEMBRE-SE

- É VEDADA, NESTA PROVA, QUALQUER TIPO DE CONSULTA. A transgressão importará na eliminação do candidato do concurso.
- É PROIBIDO o uso de qualquer aparelho eletrônico. O celular deve ser mantido desligado.
- Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro, lavrando-se o competente termo.
- O tempo de duração da prova será de 4 (quatro) horas. Após 2 (duas) horas de prova, o candidato poderá levar o CADERNO DE PROVA.
- É proibido fumar na sala de prova ou em qualquer dependência do prédio.

FIQUE SABENDO

- O GABARITO DA PROVA será divulgado na sede da Procuradoria-Geral do Estado no dia 27 de novembro de 2006 e após no sítio da PGE/MS na internet (www.pge.ms.gov.br).
- A audiência pública para identificação dos candidatos e respectiva pontuação dos mesmos será no Auditório Pantanal, na sede da Procuradoria-Geral do Estado, Parque dos Poderes, Bl. IV, Campo Grande, no dia 29/11/2006, às 08:00 horas.

Boa Prova!
A Comissão de Concurso



DIREITO CONSTITUCIONAL, AMBIENTAL E PREVIDENCIÁRIO

- 1 - Julgue cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:
- I - A Emenda Constitucional nº 45 trouxe inovação no tocante ao recurso extraordinário, qual seja a de que o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.
 - II - Os legitimados, no texto vigente da CF/1988, para a propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade são, exclusivamente, o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados.
 - III - A EC nº 45/2004 estabeleceu, dentre as atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o poder de advocação de processos disciplinares, ainda que em curso, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais.
 - IV - A competência do Conselho Nacional de Justiça de zelar pela observância do art. 37 da CF, não pode chegar ao ponto de desconstituição, pelo próprio CNJ, dos atos administrativos praticados por membros ou órgão do Poder Judiciário, pois neste aspecto o constituinte derivado quis preservar a autonomia administrativa dos tribunais.
- a - As proposições I, III e IV estão incorretas;
 - b - As proposições II, III e IV estão corretas;
 - c - As proposições I, II e III estão corretas;
 - d - As proposições I, II e IV estão incorretas;
 - e - Todas as proposições estão corretas.
- 2 - Julgue cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:
- I - Aprovado o projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.
 - II - Aos Estados-membros a Constituição Federal de 1988 atribuiu, no §1º do art. 25, a competência doutrinariamente classificada como residual ou remanescente.
 - III - Cabe aos Estados-membros explorar diretamente os serviços de gás canalizado, na forma da lei, sendo o entendimento do STF no sentido da possibilidade de edição de Medida Provisória para sua regulamentação.
 - IV - A Constituição Federal de 1988 determina expressamente a observância das regras contidas em seu texto (art. 61, §2º) sobre a iniciativa popular de lei, no processo legislativo estadual.
- a - Todas as proposições estão incorretas;
 - b - As proposições I, II e III estão corretas;
 - c - As proposições II, III e IV estão corretas;
 - d - As proposições III e IV estão incorretas;
 - e - As proposições II e IV estão incorretas.

3 - Assinale a alternativa correta:

- a - Segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal, ficou naquela Corte assentado o entendimento de que o inciso III do art. 8º da Constituição Federal não



ampla legitimidade ativa *ad causam* dos sindicatos como substitutos processuais das categorias que representam na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes;

b - A existência, na mesma base territorial, de entidades sindicais que representem estratos diversos da vasta categoria dos servidores públicos, funcionários públicos pertencentes à Administração direta, de um lado, e empregados públicos vinculados a entidades paraestatais, de outro, cada qual com regime jurídico próprio, ofende o princípio da unicidade sindical;

c - No rol constitucional dos objetivos fundamentais da República Federativa, não se encontra elencado o princípio que impõe a observância dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

d - É livre, nos termos da Constituição Federal de 1988, o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que a lei estabeleça as qualificações profissionais necessárias;

e - As violações a direitos fundamentais estão restritas ao âmbito das relações entre o cidadão e o Estado.

4 - Assinale a alternativa incorreta:

a - O Supremo Tribunal Federal tem entendido, por ambas as Turmas, que a exigência do depósito prévio de valor relativo à multa para a admissão de recurso administrativo não ofende o disposto nos incisos XXXV, LIV e LV do artigo 5º da Constituição, porquanto não há, nesta, a garantia ao duplo grau de jurisdição administrativa;

b - A gravação de conversa entre dois interlocutores, feita por um deles, sem conhecimento do outro, com a finalidade de documentá-la, futuramente, em caso de negativa, nada tem de ilícita, principalmente quando constitui exercício de defesa;

c - A presunção constitucional de não-culpabilidade não desautoriza as diversas espécies de prisão processual, prisões inscritas em lei para o fim de fazer cumprida a lei processual ou para fazer vingar a ação penal;

d - O STF tem admitido iterativamente que norma constante em edital de concurso público pode determinar a realização de exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público;

e - As provas obtidas por meios ilícitos contaminam as que são exclusivamente delas decorrentes, tornam-se inadmissíveis no processo e não podem ensejar a investigação criminal e, com mais razão, a denúncia, a instrução e o julgamento.

5 - Assinale alternativa correta:

a - O Pleno do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que Associação dos Magistrados estaduais não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra o governador do Estado para compeli-lo ao repasse previsto no artigo 168 da Constituição, com vistas ao pagamento dos vencimentos da magistratura;

b - O *habeas corpus*, remédio constitucional, revela-se, segundo a jurisprudência do STF, via processual própria para o trancamento de sindicância administrativa;

c - Em sede de mandado de injunção, reconhecido o estado de mora inconstitucional do poder legislativo, não se assegura aos impetrantes a possibilidade de ajuizarem, nos termos do direito comum ou ordinário, a ação de reparação de natureza econômica instituída em seu favor pelo preceito constitucional pendente de



regulamentação. Isto porque o STF adotou, em sua jurisprudência, a interpretação concretista ao cuidar dos efeitos da impetração do remédio injuncional;

d - Concessão de mandado de segurança, segundo o STF, pode produzir efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, independentemente de reclamação administrativa ou judicial;

e - De acordo com o entendimento do STF, mesmo enquanto há omissão continuada da administração pública, corre o prazo de decadência de 120 dias para a impetração do mandado de segurança.

6 - Assinale alternativa incorreta:

a - Os atos de conteúdo jurisdicional estão excluídos do âmbito de incidência da ação popular, notadamente porque se acham sujeitos a um sistema específico de impugnação, na esteira jurisprudencial do STF;

b - O princípio-garantia constitucional do direito adquirido protege genericamente o indivíduo contra mudanças de um dado regime jurídico;

c - Em decisão proferida em ação popular julgada procedente, descabe a condenação dos autores desta em honorários advocatícios, a não ser que se configure a má-fé em sua propositura;

d - Na investigação de paternidade o STF entende que cabe ao Estado o custeio do exame pericial de DNA para os beneficiários da assistência judiciária gratuita, oferecendo o devido alcance ao disposto no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal;

e - A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

7 - Assinale a alternativa correta:

a - O crédito da folha de pagamento dos servidores públicos em conta bancária de instituição financeira privada implica, segundo o STF, em ofensa ao art. 164, § 3º, CF, que cuida de normas gerais das finanças públicas;

b - O STF tem decidido pela admissibilidade de ação direta de inconstitucionalidade contra disposições inseridas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c - Em precedente do STF ficou assentado que preceito de lei estadual que destina 3% [três por cento] dos emolumentos cobrados pelas serventias extrajudiciais ao Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Mato Grosso do Sul não ofende o disposto no art. 167, IV, da Constituição do Brasil, isto porque a referida norma constitucional veda a vinculação da receita dos impostos, não existindo, na Constituição, preceito análogo pertinente às taxas;

d - O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a exigência de prévia autorização legislativa para a criação de fundos, prevista no art. 167, IX, da Constituição, não pode ser suprida pela edição de medida provisória, apesar de esta ter força de lei, nos termos do seu art. 62;

e - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão na lei de diretrizes orçamentárias, ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade, nos termos do §1º do art. 167 da CF.

8 - Assinale alternativa incorreta:

a - O Plenário do Supremo Tribunal Federal esposou entendimento no sentido da não-incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data de



a - A data do efetivo pagamento do precatório, no prazo constitucionalmente estabelecido;

b - O STF posicionou-se, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, no sentido de que Resolução Administrativa de Tribunal, que estabelece previsão de seqüestro de verbas públicas para satisfação de débitos de pequeno valor, não invade campo reservado à lei em sentido estrito;

c - A EC nº 37/2002, ao introduzir o § 4º do art. 100 à CF/1988, acabou por positivizar a orientação anterior fixada pelo STF, ao vedar expedição de precatório complementar ou suplementar;

d - O STF não tem admitido o cabimento do recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios, já que esta tem natureza administrativa e não jurisdicional;

e - A exceção prevista no *caput* do art. 100 da Constituição Federal de 1988, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

9 - Marque a alternativa incorreta:

a - Segundo a Constituição Estadual, compete ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul processar e julgar originariamente o Procurador-Geral do Estado e os Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul, nos crimes comuns e de responsabilidade;

b - Compete ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, segundo a Constituição Estadual, processar e julgar originariamente o mandado de segurança contra ato do Procurador-Geral do Estado;

c - Conforme disposto na Constituição Estadual, compete ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, originariamente, processar e julgar os Deputados Estaduais, os Secretários de Estado e o Governador do Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade;

d - A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul estabelece que o Governador do Estado não poderá, sem prévia permissão da Assembléia Legislativa, ausentar-se do Estado, por mais de 10 (dez) dias, ou do País, por qualquer tempo, sob pena de perda do cargo;

e - O art. 9º, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, permite ao Estado celebrar convênios com a União ou com os Municípios para a execução, por funcionários federais e municipais, das suas leis, serviços ou decisões.

10 - De acordo com os princípios constitucionais da Seguridade Social é correto afirmar:

a - O sistema de seguridade social integra ações dos poderes públicos e da sociedade. Destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social, esse sistema prevê que nenhum benefício ou serviço poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, o que determina o seu caráter contributivo;

b - Seguridade social é um conjunto de princípios, normas e instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por um elenco de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à previdência e à assistência social;

c - A seguridade social deve observar os princípios da isonomia e da igualdade na forma de participação no custeio de suas atividades. Desta forma, ao ser vedado a fixação de alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas para empresas ou entidades a ela equiparadas, com base na atividade econômica desenvolvida;

d - Com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 47/2005, passou a incidir a contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da CF/88;

e - A teor do disposto no artigo 195 da Constituição Federal, incumbe à sociedade, como um todo, financiar, de forma direta e indireta, nos termos da lei, a seguridade social, atribuindo-se aos empregadores a participação mediante bases de incidência próprias — folha de salários, o faturamento e o lucro.

11 - Em relação ao regime constitucional previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir, assinalando a alternativa correta:

a - Com a Emenda Constitucional nº 41/2003 passou a incidir contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime jurídico próprio dos servidores públicos, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios geral da previdência social de que trata o art. 201 da CF, com percentual inferior ao estabelecido para os servidores titulares de cargo efetivo;

b - É devida a aposentadoria, proporcional ao tempo de contribuição, ao servidor público que for acometido por invalidez permanente, em razão de moléstia profissional ou de doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

c - Aplica-se o regime geral de previdência social ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público;

d - Aos entes públicos é permitido instituir mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos;

e - O Supremo Tribunal Federal entendeu não ser inconstitucional o art. 4º, *caput*, da Emenda Constitucional nº 41/2003, que instituiu contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, ressalvado o direito adquirido daqueles que já eram aposentados ou pensionistas antes da referida alteração constitucional.

12 - Julgue os itens e assinale a alternativa incorreta:

a - É vedada a contratação pelo Poder Público de pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, todavia poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sob pena de infringência do princípio da isonomia tributária;

b - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar;

c - A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;



Constituição Federal de 1988 veda expressamente a criação ou majoração de qualquer benefício ou serviço de seguridade social, sem a correspondente fonte de custeio total, conforme decidido pelo Plenário do STF, ao analisar o §5º do art. 195 na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3205, proposta pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul;

e - Não obstante o artigo 195, § 7º da Constituição Federal referir-se impropriamente à isenção de contribuição para a seguridade social, contemplou as entidades beneficentes de assistência social do favor constitucional da imunidade tributária, desde que por elas preenchidos os requisitos fixados em lei.

13 - Assinale a alternativa correta:

a - O poder constituinte originário tem como seu titular o povo, sendo que nas democracias atuais o conceito de povo engloba uma grandeza pluralística, ou seja, é formado por uma pluralidade de forças sociais, culturais e políticas, e não apenas por um bloco de cidadãos ativos;

b - O poder constituinte derivado é essencialmente jurídico, possuindo apenas limitações formais referentes ao quorum qualificado que é exigido para a aprovação das emendas à Constituição;

c - O denominado poder constituinte derivado (ou de segundo grau) caracteriza-se pela possibilidade de que os Estados da federação elaborem suas Constituições, as quais devem ser limitadas apenas pelos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, não necessitando, no entanto, guardar com ela uma simetria;

d - Por não haver uma limitação explícita no art. 60, § 4º, da Constituição Federal de 1988, o poder constituinte derivado pode alterar o próprio procedimento para a alteração da Constituição;

e - Não será possível qualquer emenda à Constituição que vise a alteração de direitos e garantias fundamentais, ainda que a emenda pretenda aperfeiçoá-los, o que somente é possível pelo poder constituinte originário.

14 - O Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática proferida na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 45, decidiu que "(...) o processo de concretização dos direitos de segunda geração - de implantação sempre onerosa -, traduzem-se em um binômio que compreende, de um lado, (1) a razoabilidade da pretensão individual/social deduzida em face do Poder Público e, de outro, (2) a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas. Desnecessário acentuar-se, considerado o encargo governamental de tornar efetiva a aplicação dos direitos econômicos, sociais e culturais, que os elementos componentes do mencionado binômio (razoabilidade da pretensão + disponibilidade financeira do Estado) devem configurar-se de modo afirmativo e em situação de cumulativa ocorrência, pois, ausente qualquer desses elementos, descaracterizar-se-á a possibilidade estatal de realização prática de tais direitos. (...)". A partir desta decisão pode ser concluído que:

a - Os direitos sociais não possuem aplicabilidade imediata;

b - Foi adotado pelo STF, no caso, o princípio da reserva do possível, onde a implementação dos direitos sociais relativos a prestações materiais deve ser mediada pela análise das possibilidades jurídicas e fáticas/econômicas;

c - Em face da aplicação do princípio da razoabilidade não seria possível exigir que o Estado realizasse a prestação dos direitos sociais reclamados;

d - Como os direitos sociais pertencem a segunda geração dos direitos sociais, exigindo uma prestação material a ser entregue pelo Estado, não podem ser implementados sem que antes haja uma expressa previsão orçamentária para a prestação exigida;

e - Em razão do princípio da proporcionalidade não haveria relação de custo-benefício que obrigasse o Estado a atender a pretensão exigida.

15 - Assinale a afirmativa incorreta:

a - A Constituição Federal de 1988 consagrou de forma explícita que o Estado brasileiro é um Estado laico;

b - Ao se dizer que a Constituição Federal não só é a representação ontológica (ser), mas também deontológica (dever-ser), afirma-se que a Constituição não possui força normativa;

c - A idéia de constitucionalização do direito está ligada ao fato de que a Constituição Federal de 1988 deve servir de parâmetro de validade do conteúdo de todas as normas infraconstitucionais, devendo o intérprete realizar sempre a necessária filtragem hermenêutico-constitucional destas normas quando de sua interpretação/aplicação;

d - Inclusive as normas infraconstitucionais relativas às relações eminentemente privadas (como, por exemplo, as relativas aos contratos e ao direito de propriedade) devem ter sua interpretação/aplicação pautada pelos princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal;

e - A característica do conjunto de normas constitucionais da Constituição Federal de 1988 inclui a idéia de que ela é uma Constituição que estabelece princípios e regras que têm como objetivo estabelecer um direcionamento de atuação para o futuro.

16 - Sobre os princípios jurídicos constantes da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta:

a - Os princípios jurídicos constitucionais não possuem força de norma jurídica, pois sua única função é auxiliar na interpretação das demais regras;

b - Somente têm possibilidade de aplicação os princípios explicitamente constantes da Constituição Federal de 1988;

c - Na resolução de um caso concreto, havendo conflito entre princípios constitucionais aplicáveis ao caso, prevalecerá o princípio que possuir conteúdo ligado a idéia de justiça e equidade;

d - Os princípios constitucionais relativos aos direitos humanos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, em vista de sua importância, têm caráter absoluto, não podendo ser relativizados;

e - O princípio da dignidade da pessoa humana constitui princípio fundamental do ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, servindo de parâmetro para averiguar a validade tanto dos atos do Poder Público como dos particulares.

17 - Considerando a característica de Estado de Direito que assumiu o Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 é correto afirmar que:

a - O Brasil é um Estado de Direito ligado de forma preponderante à proteção exclusiva dos direitos individuais relativos às liberdades;

b - Em razão da divisão de funções delimitada pelo princípio da separação dos poderes, que é adotado pela Constituição Federal de 1988, os poderes Executivo,



Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, não podendo um poder exercer as funções típicas do outro;

c - O desenvolvimento do Estado de Direito brasileiro tem como fim a implementação de políticas sociais básicas por meio da socialização da saúde e da educação;

d - O sentido de Estado de Direito de matriz democrática indica que a atividade do Estado brasileiro como participante na concretização dos direitos individuais e sociais a fim de reduzir as desigualdades sociais tem também como fundamental e necessária a participação da sociedade;

e - No atual modelo de Estado de Direito Constitucional brasileiro a intervenção do Estado no campo econômico é mínima.

18 - Analisando a teoria, a jurisprudência, e as normas jurídicas referentes ao controle de constitucionalidade é correto afirmar que:

a - O veto jurídico a projeto de lei pelo Chefe do Poder Executivo não configura exercício típico de controle de constitucionalidade;

b - Toda a decisão proferida pelo STF declarando inconstitucional uma norma, tanto no controle concentrado como no difuso, possui, por si só, efeito vinculante e *erga omnes*;

c - A ação direta visando o controle concentrado de constitucionalidade de uma lei estadual em face das normas da Constituição Estadual será conhecida e julgada perante o Tribunal de Justiça Estadual;

d - O controle difuso de constitucionalidade das normas municipais não pode ser realizado se a inconstitucionalidade for em relação à norma da Constituição Federal;

e - Todas as normas infraconstitucionais federais vigentes, sejam anteriores ou posteriores à atual Constituição Federal de 1988, podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

19 - Assinale a alternativa incorreta:

a - A técnica de interpretação conforme a constituição, que se dá quando o julgador tem como constitucional uma das possíveis interpretações do texto normativo infraconstitucional colocada em exame, é considerada como uma das formas de controle de constitucionalidade;

b - No controle difuso de constitucionalidade o juiz de primeiro grau não tem o poder de declarar inconstitucional a norma submetida a esta apreciação, mas tão somente de reconhecer a sua invalidade no caso concreto em razão da inconstitucionalidade detectada;

c - No sistema difuso de controle de constitucionalidade, que também é adotado no Brasil, todo o juiz é um juiz constitucional, pois a ele poderá ser submetida a apreciação sobre a constitucionalidade das normas jurídicas infraconstitucionais;

d - A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental constitui mecanismo de controle de constitucionalidade tanto de atos normativos como de atos administrativos do Poder Público que atentem contra preceitos fundamentais;

e - A Reclamação não é o meio idôneo para que se busque junto ao STF o cumprimento de suas decisões eventualmente desrespeitadas pelos demais órgãos judiciais, uma vez que nestes casos é cabível o mandado de segurança.

20 - O fenômeno denominado mutação constitucional expressa a seguinte idéia:

a - É a possibilidade outorgada ao poder constituinte derivado de efetuar a modificação da Constituição por meio de emendas constitucionais;

b - Consiste na possibilidade que os Estados federados têm de estabelecer suas próprias regras constitucionais, com validade no seu âmbito territorial, ainda que diversas das expressadas na Constituição Federal;

c - É a modificação ou atribuição de novos sentidos ao conteúdo do texto constitucional, sem alteração formal do próprio texto, realizada especialmente pelas decisões do STF proferidas no exercício da jurisdição constitucional;

d - Consubstancia a modificação formal da Constituição por meio do poder constituinte originário, quando então se dá a modificação total do texto da Constituição;

e - Refere-se ao conjunto de métodos formais e não-formais de modificação do texto constitucional, quer seja pela reforma, pela revisão ou pela instituição de uma nova Constituição.

21 - Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I - A Constituição Federal de 1988 estabelece, como um dos direitos explícitos, que todos tenham acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

II - É dever não só do Poder Público, mas também de toda a coletividade, a defesa e preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

III - No cumprimento da função social da propriedade rural é exigido, além de outros requisitos, que o produtor rural utilize adequadamente os recursos naturais disponíveis e preserve o meio ambiente.

a - Somente a afirmativa I está correta;

b - Todas as afirmativas estão corretas;

c - Todas as afirmativas estão incorretas;

d - Somente as afirmativas I e III estão corretas;

e - Somente as afirmativas I e II estão incorretas.

22 - Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I - Por ser considerada patrimônio nacional a área de Pantanal existente no Estado de Mato Grosso do Sul, o uso de seus recursos naturais poderá ser limitado por lei de forma a assegurar a preservação do meio ambiente.

II - As terras arrecadadas pelos Estados-membros por meio de ações discriminatórias visando a proteção dos ecossistemas naturais são indisponíveis.

III - Mesmo em vista do princípio da liberdade da atividade econômica as empresas devem ter como um de seus princípios a defesa do meio ambiente.

a - Somente a afirmativa III está correta;

b - Somente as afirmativas I e III estão corretas;

c - Todas as afirmativas estão corretas;

d - Todas as afirmativas estão incorretas;

e - Somente as afirmativas II e III estão corretas.

23 - Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I - A ação popular é instrumento hábil para a proteção do meio ambiente.

II - O Estado-membro tem competência exclusiva para criar normas de caráter geral visando a proteção do meio ambiente nos limites de seu território.